



BANCO RENDIMENTO S.A.
www.rendimento.com.br
 CNPJ: 68.900.810/0001-38
 Avenida das Nações Unidas, 8501
 10º andar | São Paulo - SP
 CEP: 05425-070
 Ouvidoria: 0800 722 0132

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhados do Relatório do Auditor Independente.

A Instituição

O Banco Rendimento é focado em operações de câmbio financeiro e turismo, sendo um dos maiores fornecedores de papel moeda para o mercado, importando e exportando uma grande variedade de moedas. Oferece os seus clientes serviços como transferências internacionais, recebimento de recursos do exterior, remessas, abertura de conta corrente em moeda estrangeira e cartões pré-pagos nacionais e internacionais. Atua como Banco Comercial desenvolvendo operações de crédito para empresas do "Midle Market", nas modalidades de empréstimos e descontos, fianças, repasses do BNDÉS e comércio exterior.

Mensagem da Administração

Conjuntura Econômica

O ano de 2019 foi marcado pelo aprofundamento das tensões entre EUA e China que levou a queda no volume do comércio mundial e a desaceleração econômica global. Os bancos centrais mantêm a política acomodada, e essa intensa flexibilização monetária global proporcionou o aumento de apetite ao risco dos investidores por ativos de maior retorno nas economias avançadas e emergentes. No Brasil, ao longo do ano de 2019, ocorreram diversos choques: evento Brumadinho, crise em Argentina, desaceleração mais acentuada do comércio mundial, atraso na aprovação da reforma da Previdência, que impediram um processo mais forte de

recuperação da economia brasileira. A partir do segundo semestre, com aprovação da reforma da previdência, efeitos da política monetária expansionista, mecanismo de estímulo ao consumo (liberação do FGTS) e ao anúncio de uma agenda de medidas (reforma tributária, pacto federativo, reforma administrativa) focadas no endereçamento correto do quadro fiscal brasileiro, a atividade começou a dar sinais de melhora.

A atividade econômica brasileira em 2020 deverá ser sustentada pela oferta de crédito (taxas de juros na mínima histórica), consumo das famílias, setor de serviços e investimentos. No setor externo, o déficit em transações correntes sofrerá uma leve deterioração, em decorrência da redução do superávit comercial, diante do desaquecimento de nossos principais parceiros comerciais (China, Europa e Argentina), além da queda no preço de commodities, mas ainda será coberto pelos investimentos diretos no país (IDP). Quanto à inflação, ainda vemos um comportamento benigno devido à alta ociosidade da indústria, programas o IPCA em 3,6%, crescimento do PIB de 2,3% e a taxa Selic 4,5% para o final do ano.

Principais destaques

O Lucro Líquido do exercício de 2019 foi de R\$ 72 milhões, crescentes de 35,4% em comparação a 2018, demonstrando forte evolução nos negócios de crédito e câmbio. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Recorrente em 2019 foi 26,0% a.a., aumento de 1,4 p.p. em comparação a 2018. A carteira de crédito ampliada no exercício de 2019 foi de R\$ 1,4 bilhão, crescimento de 43,1% em relação ao exercício de 2018. O índice de vencidos há mais de 90 dias da carteira de crédito, inclusive parcelas vencidas, situa-se em 0,5%. A captação encerrou o exercício de 2019 com saldo de R\$ 1,7 bilhão variação positiva de 15,8% em relação ao ano de 2018. O Patrimônio Líquido encerrou 31 de dezembro de 2019 com saldo de R\$ 322 milhões. O Índice de Basileia atingiu 14,16%.

Balancos Patrimoniais
 Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
ATIVO			
Circulante		2.269.207	2.096.302
Disponibilidades	4	252.421	311.306
Aplicações interfinanceiras de liquidez		519.988	721.296
Aplicações no mercado aberto	4 e 5	519.988	721.296
Títulos e valores mobiliários	6	7.243	-
Carteira própria		7.243	-
Instrumentos financeiros derivativos	7a	148	109
Instrumentos financeiros derivativos		148	109
Relações interfinanceiras		351.363	195.109
Pagamentos e recebimentos a liquidar		345.563	195.109
Depósitos no Banco Central		1.758	1.288
Correspondentes		1.042	42
Operações de crédito		529.794	436.855
Sector Privado		529.794	436.855
Operações de crédito	8	545.205	449.675
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(15.411)	(12.820)
Outros créditos		439.638	418.277
Carteira de câmbio	9	116.713	258.532
Rendidas a receber		1.734	1.418
Diversos	10	323.596	150.215
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(2.411)	(1.948)
Outros valores e bens		8.612	7.347
Outros valores e bens		8.612	7.347
Despesas antecipadas		2.819	1.782
Realizável a longo prazo		463.796	426.319
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	28.460	24.882
Aplicações em depósitos interfinanceiros		28.460	24.882
Títulos e valores mobiliários	6	104.882	98.777
Carteira própria		84.866	53.676
Vinculados a operações compromissadas		6.595	3.862
Outros valores e bens		13.221	41.229
Relações interfinanceiras		-	-
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	-
Operações de crédito		210.034	176.047
Sector Privado		210.034	176.047
Operações de crédito	8	214.010	178.655
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(3.976)	(2.608)
Outros créditos		122.620	125.963
Diversos	10	122.620	125.963
Outros valores e bens		-	-
Despesas antecipadas		-	-
Permanente		43.234	31.861
Investimentos		22.544	21.343
Participações em controladas - no país	11	21.673	20.569
Outros investimentos		581	353
Imobilizado de uso		14.446	9.263
Móveis de uso		1.865	1.865
Outros imobilizados de uso		27.276	21.192
(Depreciações acumuladas)		(14.695)	(13.794)
Intangível		6.334	1.255
Ativos intangíveis		13.079	7.314
(Amortizações acumuladas)		(6.745)	(6.059)
Total do ativo		2.716.237	2.548.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros		Ajustes de Valor		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras	Patrimonial	(4)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		107.370	6.190	-	-	-	209.901
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.207	53.207
Ajustes de avaliação patrimonial	6b	-	-	-	2	2	2
Constituição de reserva legal		-	2.661	-	-	(2.661)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	-	(37.396)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(9.370)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(13.150)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17	107.370	8.851	115.371	-	-	231.590
Aumento de capital social		122.630	(5.851)	(72.148)	-	-	44.631
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	72.028	72.028
Ajustes de avaliação patrimonial	6b	-	-	-	1	1	1
Constituição de reserva legal		-	3.601	-	-	(3.601)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	-	(59.727)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(17.700)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(8.700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	230.000	6.601	85.250	-	-	321.850
Saldos em 31 de junho de 2019		230.000	4.542	85.250	-	-	321.850
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	20.607	20.607
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	25	-	25
Constituição de reserva legal		-	2.059	-	-	(2.059)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	-	(59.727)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(17.700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17	230.000	6.601	85.250	-	-	321.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**
 O Banco Rendimento S.A. ("Instituição ou Banco Rendimento") é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas "Grupo Rendimento") tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de seus termos atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**
 As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, sendo adotadas as alterações introduzidas pela Lei nº 11.828/07, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), constanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
- Resumo das principais práticas contábeis**
 - Aprovação do resultado**
 As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para dia de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.
 - Moeda funcional**
 As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.
 - Caixa e equivalentes de caixa**
 Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.804/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação.
 - Aplicações interfinanceiras de liquidez**
 As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzido das rendas pertencentes ao período de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
 De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
 - Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
 - Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
 - Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.
 Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo, tanto com ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.
 - Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**
 As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 3 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.
 - Bens não de uso próprio**
 São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em doação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na parte histórica de bens não de uso alienáveis.
 - Investimentos**
 Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.
 - Imobilizado**
 Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.p. para edificações, 10%

- a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.
- Intangível**
 São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou o método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.
- Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**
 O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.560/08.
- Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.
- Depósitos, captções no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**
 São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos com base "pro-rata" dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes na data do balanço. As captções no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
- Imposto de renda e contribuição social**
 A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, será elevada de 15% para 20% a partir de 01/03/2020, de acordo com a Emenda Constitucional 103/2019 até que entre em vigor lei que defina a alíquota da contribuição.
- Operações de câmbio**
 A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos de variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.
- Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.023/08 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
 - Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
 - Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado no opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, exceto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
 - Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se as demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
- Lucro por ação**
 Lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, na data das demonstrações financeiras.
- Uso de estimativas**
 A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisões para contingências, perdas por redução do valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	352.421	311.306
Aplicações em operações compromissadas (Nota 5)	519.988	721.296
Total	872.409	1.032.605

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Aplicações em operações compromissadas - Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	250.000	356.500
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	260.002	363.002
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.986	794
Total posição bancada	511.988	720.296
Total do circulante	519.988	721.296
Realizável a longo prazo		
Aplicações em moeda estrangeira		
Aplicações em moeda estrangeira	26.460	24.882
Total de aplicações em moeda estrangeira	26.460	24.882
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	548.448	745.178

Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

A estrutura de governança encontra-se aderente aos pressupostos de controles internos e de gerenciamento de riscos e capital, compatíveis com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e com a devida dimensão da exposição aos riscos, assegurando a sustentabilidade dos negócios. A Área de Riscos e Capital atua de forma independente e mantém estabelecidas diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração com foco no cumprimento dos requerimentos do regulador e na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Auditor Independente

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Banco Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Banco Rendimento agradece aos seus clientes e parceiros, pela confiança e aos seus colaboradores.

A Administração

Demonstração do Resultado
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	Semestre	2º	Exercícios	
			2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		213.942	406.570	374.923	
Operações de crédito		63.847	166.971	142.565	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		18.950	44.296	55.215	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(3.347)	(716)	11.363	
Resultado de operações de câmbio		114.592	196.029	169.790	
Despesas da intermediação financeira		(48.921)	(101.363)	(89.759)	
Outras despesas operacionais		(48.921)	(101.363)	(89.759)	
Captções no mercado		(34.094)	(71.886)	(67.510)	
Empréstimos e repasses		(6.075)	(10.420)	(10.232)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8.852)	(18.957)	(12.017)	
Resultado bruto de intermediação financeira		164.921	305.207	285.164	
Outras receitas/despesas operacionais		(96.664)	(191.041)	(192.131)	
Receitas de prestação de serviços	18	46.814	79.625	53.653	
Despesas de pessoal	19				



BANCO RENDIMENTO

BANCO RENDIMENTO S.A.
www.rendimento.com.br
 CNPJ: 68.900.810/0001-38
 Avenida das Nações Unidas, 8501
 10º andar | São Paulo - SP
 CEP: 05425-070
 Ouvidoria: 0800 722 0132

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

c) Margem de garantia
 São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2019	2018
Vinculados à prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 6)	13.221	41.239
Total	13.221	41.239

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos
 Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	2019			2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Futuros	69.811	(66.786)	1.025	185.938	(170.557)	15.381
Operações a termo - NDF	690	(2.421)	(1.731)	1.811	(5.589)	(3.778)
Total	70.501	(71.217)	(716)	187.750	(176.146)	11.363

8. Operações de crédito
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	2019	2018
Operações de crédito		
Capital de giro	453.356	355.529
Conta garantida	130.273	113.000
BNDES/FINAME	87.075	97.714
Financiamento em moeda estrangeira	46.467	23.628
Títulos descontados	11.772	13.730
Cédula de crédito de exportação	11.053	1.396
Cheque especial	10.174	10.301
Confissão de dívida	4.069	3.809
Crédito direto ao consumidor	2.378	5.759
Crédito pessoal	1.822	1.800
Adiantamento a depositantes	760	456
Recuperação judicial	-	2.468
Total	759.215	628.330

Outros créditos
 Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (Nota 10)

	2019	2018
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (Nota 9)	50.167	54.035
Rendas a receber (Nota 9)	1.152	701
Devedores por compra de valores e bens	524	524
Total	296.539	154.918

Total Geral

	2019	2018
Total Geral	1.054.754	783.248

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.411)	(1.948)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.178)	(17.376)

b) Composição da carteira - por tipo de cliente e atividade

	2019	2018
Pessoa jurídica - Setor privado		
Construção e imobiliário	254.829	116.719
Comércio	218.268	161.335
Serviços privados	123.241	133.557
Máquinas e equipamentos	81.895	83.701
Educação, saúde e outros serviços sociais	60.837	53.572
Químico e petroquímico	57.710	21.136
Financiamento	56.666	24.914
Transportes	49.092	38.375
Mineração	40.272	19.680
Madeira e móveis	33.940	28.839
Alimentos e bebidas	20.238	31.258
Têxtil e confecções	11.211	12.763
Siderurgia e metalurgia	8.469	6.644
Petróleo e gás natural	6.534	3.980
Agropecuária	9	31.148
Outros	19.309	22.275
Total	1.043.120	770.683

Pessoas físicas

	2019	2018
Total da carteira	1.054.754	783.248

c) Composição da carteira por vencimento

	2019	2018
Vencidas:		
Acima de 14 dias	9.064	18.595
A vencer:		
até 90 dias	395.555	255.445
de 91 a 365 dias	438.125	330.098
acima de 365 dias	214.010	179.110
Total da carteira por vencimento	1.054.754	783.248

d) Concentração da carteira

	2019	2018
Valor		
10 maiores devedores	320.144	30.356
50 seguintes maiores devedores	430.932	46.936
100 seguintes maiores devedores	148.521	14.086
Demais devedores	73.533	6.986
Total da carteira	1.054.754	783.248

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	Provisão ⁽²⁾
A	0,5	673.097	1	673.098	(3.395)
B	1,0	272.061	222	272.283	(2.723)
C	3,0	58.945	573	59.518	(1.785)
D	10,0	37.029	2.295	39.324	(3.932)
E	30,0	370	164	534	(160)
F	50,0	300	27	327	(164)
G	70,0	1	5	6	(4)
H	100,0	3.989	5.777	9.766	(9.766)
Total		1.045.690	9.064	1.054.754	(21.798)

⁽¹⁾ Em 2018 foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 1.058, com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

⁽²⁾ Em 2018 foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 1.058, com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial	(17.376)	(17.502)
Constituição	(26.865)	(16.972)
Reversão	9.898	4.855
Baixas de créditos contra prejuízo	14.635	12.143
Saldo Final	(21.798)	(17.376)

g) Créditos reconhecidos e recuperados

Os créditos reconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 33.840 (R\$ 14.710 em 2018). Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 4.272 (R\$ 1.194 em 2018).

9. Carteira de câmbio
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a carteira de câmbio do Banco Rendimento está formada como segue:

	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	67.789	134.475
Direitos sobre venda de câmbio	47.835	28.528
(1) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(57)	(1.402)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9a)	1.152	701
Total do ativo circulante	116.719	268.592

Passivo

	2019	2018
Circulante		
Obrigações por compra de câmbio	67.241	134.797
Câmbio vendido a liquidar	47.727	133.106
(1) Adiantamento de contrato de câmbio (Nota 9a)	(50.167)	(54.935)
Total do passivo circulante	64.801	213.968

10. Outros créditos - diversos

	2019	2018
Circulante		
Títulos a receber - com características de concessão de crédito (Nota 10a)	243.696	99.658
Crédito tributário (Nota 15c)	32.428	13.616
Impostos e contribuições a compensar	21.646	21.507
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (i)	6.088	5.997
Devedores diversos - país	2.865	3.524
Valores a receber - ligadas	52	-
Outros	16.841	5.913
Total do circulante	323.596	150.215

Realizável a longo prazo

	2019	2018
Devedores por depósito em garantia (Nota 23b)	90.672	88.040
Crédito tributário (Nota 15c)	31.177	37.468
Devedores diversos - país	212	-
Outros	559	465
Total	123.519	125.973

Total

	2019	2018
Total	446.216	276.178

(i) Refere-se substancialmente à liquidação das vendas dos cartões pré-pagos, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resolvidos) que comercializam o produto.

11. Participação em controladas

	2019	2018
Quantidade de cotas possuídas	891.522.883	891.522.883
Capital social	13.815	13.815
Patrimônio líquido	21.873	20.990
Resultado do exercício	883	875
Participação de propriedade	99.899	99.899
Saldo do investimento	21.873	20.990
Resultado de equivalência patrimonial	883	875

12. Depósitos

a) Composição da carteira

	2019	2018
Depósitos à vista		
Pessoa jurídica	218.460	167.185
Pessoa física	52.336	50.084
Instituições financeiras	273.803	217.269
Total	544.599	414.538

Depósitos a prazo

	2019	2018
Depósitos a prazo	2.009	46.570
Total	2.009	46.570

b) Composição da carteira por vencimento

	2019				2018			
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 365 dias	acima de 365 dias	Total	Total	Total	Total
Depósitos à vista	273.803	-	-	-	273.803	217.269	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	2.009	-	-	2.009	46.570	-	-
Depósitos a prazo	57.184	287.255	891.280	1.511.531	1.235.719	1.158.373	-	-
Total	273.803	59.193	287.255	1.511.531	1.420.212	1.158.373	-	-

c) Concentração dos depositantes

	2019	2018
10 maiores depositantes	894.815	869.880
50 seguintes depositantes	357.293	283.429
100 seguintes depositantes	120.173	119.981
Demais depositantes	139.304	146.912
Total de depositantes	1.511.531	1.420.212

13. Obrigações por empréstimos, repasses, recursos de aceites e emissão de títulos

	2019		2018	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos				
Letras de crédito imobiliário	21.105	59.453	132	80.690
Letras de crédito do agronegócio	-	-	-	15.470
Total	21.105	59.453	132	80.690

Obrigações por empréstimos

	2019	2018
Empréstimos no exterior	11.948	34.144
Total	11.948	34.144

Obrigações por repasses - Instituições Oficiais

	2019	2018
BNDES	6.001	14.742
FINAME	2.351	6.553
Total	8.352	21.295

14. Outras obrigações

	2019	2018
Circulante		
Créditos diversos no exterior (i)	185.471	203.109
Obrigações por transações de pagamento	107.903	46.784
Provisão para pagamentos a efetuar	22.669	17.851
Créditos diversos no país	1.822	10.837
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 16)	9	-
Total do circulante	329.324	278.381

Exigível a longo prazo

	2019	2018
Provisão para passivos contingentes (Nota 23b)	92.944	90.088
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 22)	718	641
Total do exigível a longo prazo	93.662	90.729

Total

	2019	2018
Total	422.986	369.110

(i) Refere-se substancialmente a cartões pré-pagos.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da despesa de imposto de

**BANCO RENDIMENTO S.A.****www.rendimento.com.br**

CNPJ: 68.900.810/0001-38

Avenida das Nações Unidas, 8501

10º andar | São Paulo - SP

CEP: 05425-070

Ouvidoria: 0800 722 0132

A DIRETORIA

FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA - Contador - CRC 1RS067739/O-6 S-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e aos Administradores do

Banco Rendimento S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se

causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.



Building a better world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC-1SP214144/O-1



www.rendimento.com.br